

ENTRE CORPOS, MEDOS E ESPAÇOS: A CONSTITUIÇÃO DA LAZARÓPOLIS NA FORTALEZA DOS ANOS 1920.¹

Antonio Nelorracion Gonçalves Ferreira²

RESUMO

Este ensaio pretende fazer uma reflexão sobre a lepra em Fortaleza no começo de 1920, mais precisamente, sobre a forma que ela emerge como um acontecimento. Para analisar esse evento sanitário, histórico, social e político, de grande relevância para o entendimento desse período histórico, enfocaremos as reformas urbanas e as suas relações com o corpo e também o papel da imprensa, que foi fundamental para a visibilidade da lepra em Fortaleza.

Palavras-chave: Lepra; espaço; reforma urbana; imprensa.

ABSTRACT

This essay intends to make a reflection about the leprosy in Fortaleza in the beginning of 1920, more precisely, about the form that it emerges as an event. For to analyse that sanitary, historical, social and political event, of great prominence for the understanding of that historical period, we will focalize the urban reforms and its relations with the body and also the role of the press, which was fundamental for the visibility of the leprosy in Fortaleza.

Key-words: Leprosy; space; urban reform; press.

Durante muito tempo a historiografia Ocidental, com seu ranço grego e Iluminista, privilegiando o *logos*, deixou de lado em suas descrições históricas o corpo³. Ela compôs diversas narrativas em que o destaque recaía sobre o pensamento e as ações

¹ O presente ensaio faz parte da pesquisa “Lazaropolis”: A Lepra e as Técnicas de medo no Ceará (1922-1944) em desenvolvimento no mestrado de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação da Dra. Kênia Sousa Rios, e financiada pela CAPES-PROPAG.

² Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestrando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: nelorracyon@yahoo.com.br

³ A respeito de uma crítica à historiografia de matriz Iluminista, ver: *A hora da estrela: História e Literatura uma questão de gênero?* In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: A arte de inventar o passado. Bauru, SP: Edusc, 2007. p. 43-51.

dos sujeitos históricos. Assim quase sempre a história só deu conta dos corpos pela via da quantificação. É na tentativa de dar mais corpo à história, que esse ensaio pretende levantar algumas reflexões de uma história da corporeidade, dentre as muitas que ainda estão por se fazer. Mais especificamente do corpo leproso, que como um espaço que é, nos propiciará pensar as relações espaciais na cidade de Fortaleza nas duas primeiras décadas do século XX.

Não dá para compreender a lepra⁴ como um problema sócio-sanitário em Fortaleza nesse período, sem necessariamente não se remeter a uma história de seus recortes espaciais (dentre os quais o próprio corpo). Não uma história descritiva da cidade (uma história na cidade) à moda tradicional, onde a cidade funcionava como uma espécie de cenário dentro das quais as cenas se desenrolavam; mas uma história da cidade, em que os cenários se atualizam nas cenas, em que se leve em conta a reconfiguração do espaço urbano.

E no empreendimento de remodelação espacial, segundo Sebastião Rogério Ponte, foi no período de 1896 a 1930 que, em Fortaleza, houve momentos cruciais, pois se tornaram mais recorrentes os investimentos de normalização urbano-social⁵. Apesar de sermos bastante reticentes quanto a efetivação de um poder mais produtivo do que repressivo, por parte dos poderes públicos de nosso Estado nos mecanismos de controle social, como alude o autor; não há como negar importantes alterações no cenário, nas práticas, nos comportamentos e no símbolos de nossa cidade. Há criações de importantes institutos de saber, como a Academia Cearense (1894), o Instituto do Ceará (1887), constituindo-se como espaços de exercício intelectual da elite cearense. Elaborase também um código de posturas (1893), buscando implementar várias medidas que tornem efetivo o aformoseamento urbano. O teatro José de Alencar é inaugurado em 1910, contemporâneo do projeto de abastecimento de água e esgoto, que só é concluído em 1920. A arquitetura vai aos poucos promovendo novas sociabilidades, novas

⁴ Hoje em dia o uso da palavra lepra e seus derivados em documentos oficiais são proibidos no Brasil, medida adotada a partir de 1960, cujo objetivo era diminuir o estigma social em relação ao leproso. E assim essa doença passou a se chamar hanseníase, caracterizada como uma doença infecto-contagiosa, crônica, causada pelo *Mycobacterium leprae* (bacilo de Hansen) que ataca a pele e os nervos. Atualmente ela é uma doença curável, mas ainda continua um problema de saúde pública em nosso país. Entretanto nesse ensaio utilizamos a noção de lepra e leproso, às vezes, assumindo outras denominações como lázaro, morfético, e não hanseníase e seus derivados em virtude dessa nova noção ser bastante anacrônica, e que por isso não daria conta das especificidades históricas com as quais estamos trabalhando.

⁵ Sobre a reforma urbana de Fortaleza no período de 1896 a 1930, ver: PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

percepções, novos lazeres, etc. Há alguns sinais, mesmo que pontuais, de modernidade sentida pelos contemporâneos. E nesse anseio/desejo de “modernização”, o planejamento urbano e o surgimento de diversos equipamentos na cidade, deveriam estar em sintonia com uma nova mentalidade, com outros comportamentos. Ou seja, na produção de uma nova cidade, o desejo de um homem novo.

Mas para a positividade de novas práticas, advindas com esse ar “moderno”, que soprava quase que exclusivamente no perímetro central da cidade, a negatividade das condutas, dos hábitos anti-higiênicos e anticivilizados de boa parte da população deveriam ser combatidas com veemência, e o seu entorno controlado. Entretanto para essa desodorização social, a elite comercial e urbana de Fortaleza necessitava de um saber, que tornasse mais eficiente suas estratégias, por isso lançou mão de um corpo de técnicos, dentre os quais se destacavam arquitetos, urbanistas e médicos.

Na tentativa de tornar esse local de segredos e mistérios –a cidade urbana– lócus predileto daqueles sem rosto (componentes da multidão), transparente; as relações posicionais, constituintes das espacialidades, foram tomando novas configurações⁶. Muitos daqueles que buscavam ocultar seus “males sociais”, e por isso mesmo tinham a cidade labiríntica como seu local perfeito, tiveram a pluralidade de seus itinerários cotidianos limitados. Foram isolados. Os loucos foram levados para o *Asilo de Alienados*, inaugurado em 1886, como ideal de progresso e civilidade; os mendigos foram instalados no *Asilo de Mendicidade* (1886); os despossuídos de um modo geral tiveram sua estadia na *Despensa dos pobres* (1895); as meretrizes da cidade eram “convidadas” a passar uma temporada no *Asilo do Bom Pastor*; já as crianças abandonadas eram recolhidas ao *Instituto de Proteção e Amparo à Infância* (1913). E todos eles deviam estar bem longe do perímetro central da cidade, pois como habitantes das margens, nada melhor que os limiares da urbe lhe servissem de morada.

Diferentemente da cidade colonial e escravocrata, que era pouco segregada e onde a fronteira era delimitada pela inumanidade como o escravo (propriedade) era tratado no próprio espaço senhorial; essa cidade dos fins do século XIX e inícios do século XX foi demasiadamente segmentada. Para o estabelecimento de diversas fronteiras, mesmo que invisíveis, além das intervenções sociais já referidas, a forma de dominação, de controle desse espaço urbano, tinha na nomeação, na classificação e no

⁶ Sobre a redefinição das fronteiras na cidade, ver: ROLNIK, Raquel. *São Paulo na virada do século: territórios e poder. A cidade e a rua*. In: Cadernos de História de São Paulo. n. 1, jan. – dez. São Paulo: MP-USP, 1992. p. 39-44.

registro dessas diversas presenças indesejadas, um instrumento importante na constituição da diferença a ser domesticada, medicalizada e higienizada. Nada melhor do que um rosto familiar e de uma etiqueta identitária para um melhor exercício do poder. Mas isso não significava o fim dos amantes do labirinto, que com suas caminhadas vacilantes produziam muitas tensões nesse projeto de uma cidade pretensamente moderna e civilizada. E na produção desses trajetos desviantes, nenhuma figura causou mais impacto e/ou impressão que o leproso, com suas perambulações buliçosas e ruidosas nas ruas e vielas de Fortaleza.

Por que tanto impacto? Por quais razões uma doença que, comparada a tantas outras, possuía uma baixa estatística no obituário de Fortaleza, engendrou tanto medo e preocupação? Como explicar a sua recorrência mais do que qualquer outra enfermidade nas páginas das revistas médicas e dos periódicos de então? A busca por respostas a essas perguntas, ou melhor, a essas problemáticas é uma tarefa por demais espinhosa, que na maioria das vezes, sempre estão acompanhadas de muitas controvérsias. Mas como a atividade intelectual nunca pode prescindir da discórdia, da contradição, iremos colocar mais lenha na fogueira da dúvida. Esperamos que no desdobramento desse ensaio se esboce algumas linhas explicativas entorno dessas questões.

“Como identificar, classificar, conhecer, representar, intervir, dominar, no meio urbano, a ameaça de revolta, o perigo da peste, o indício da doença, o prenúncio da desordem? De que forma conviver com o inimigo dentro dos próprios limites da urbe?”⁷

Com o ideal higiênico e asséptico desse momento, ancorada no pressuposto de que cidade saudável era aquela que permitia a boa circulação das coisas, dos homens e das mercadorias, as zonas escuras da cidade receberam lampejos de luz. Os órgãos municipais e estaduais se tornaram mais sensíveis aos elementos insalubres do espaço urbano. E assim foram implementadas diversas ações. Quiosques, engenhos de cana-de-açúcar e outros elementos considerados anti-higiênicos foram removidos de nossas praças; a cidade foi dividida em quatro distritos sanitários, como forma de melhorar o serviço da limpeza pública. A fiscalização sanitária de estabelecimentos públicos e privados foi outra medida adotada. Todas essas ações (dentre outras) foram executadas pela Inspetoria de Higiene do Estado em parceria com o governo municipal (na época Intendência). Com as doenças não poderia ser diferente. E foi esse órgão do Estado, o

⁷ PECHMAN, Robert Moses. *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 4.

primeiro que lançou os seus olhares para o problema da lepra, não só em Fortaleza como em diversos municípios do Ceará.

De 1915 a 1918 esteve à frente da Inspetoria de Higiene, o Dr. Carlos da Costa Ribeiro que, dentro dos limites desse órgão, elaborou um plano de ações para extirpar o problema da lepra no Estado. Foi a partir desse planejamento que as primeiras ações no combate a essa doença tomaram corpo no Ceará, mais seus efeitos foram mais sentidos em Fortaleza. Podemos afirmar que é só nesse período que a lepra começa a se constituir como um problema de caráter sócio-sanitário. Ela entra no regime do visível e do enunciável, embora referências no final do século XIX já atestassem a sua presença como um incômodo em seu cotidiano. Entretanto, de um modo geral, até o começo do século XX, a lepra era tratada pelos poderes públicos nada mais que um dado estatístico nos compêndios médicos e administrativos.

Para o combate a esse inimigo temível – o leproso – a Inspetoria capitaneada pelo Dr. Carlos Ribeiro lançou mão de alguns elementos da ciência moderna de então: da recém-nascida ciência estatística, do saber urbanístico, dos últimos resultados da leprologia, das inspeções, da vigilância e de vários regulamentos sanitários.

A estatística, ciência do momento, adquirindo legitimidade racional nos anos 1920 e 1930 foi um instrumento fundamental, na maioria das vezes, ponto de partida, para o conhecimento, para um saber a serviço da gestão, do controle. O seu uso foi um importante instrumento político, intervindo no real, fazendo ver, fazendo crer, constituindo-se assim como uma espécie de elemento científico de persuasão para as mais prementes demandas sociais. E foi nesse sentido que o diretor de higiene elaborou sua estatística da lepra⁸. A sua estimativa funcionava (ou pelo menos tinha a pretensão) de servir de alerta à sociedade para os perigos de conviver com um inimigo tão contagioso. Sua história estatística da doença computava os seguintes números de infectados: 1867 1 ou 2; 1897 – 5 (cerca de 4); 1887 -8; 1897 -15 (cerca de 16); 1907 – (cerca de 32, provavelmente); 1917 – 68 (cerca de 64). Percebia-se nessas cifras um aumento de 100% dos casos de lepra a cada decênio desde 1887, enquanto o crescimento populacional de Fortaleza, no mesmo período, era da ordem de 77%. Assim para uma população de 70000 habitantes, em 1918, tínhamos em torno de 68 casos, numa taxa de prevalência de 1 para 1000, o que para os parâmetros da época atestava o caráter endêmico da doença. Perante esses números, nada restava a fazer se não agir.

⁸ *Relatório apresentado ao governo pelo Dr. Carlos Ribeiro (inspetor de higiene)*. In: Norte Médico, abr. - jun. de 1918. p. 23-34.

Era urgente o controle de uma endemia tão “terrível”, enquanto fosse cedo. Exemplos existiam a dezenas, em todo o Brasil, dos problemas urbanos advindos com a presença da lepra.

O Dr. Carlos Ribeiro, ancorado no saber urbanístico da época, na sua pretensão utópica de uma cidade transparente, luminosa, reta; construiu um mapeamento da cidade de Fortaleza das moradias de todos os leprosos (identificados pela Inspetoria) que viviam na cidade em 1918 e daqueles que tinham morrido a pouco tempo. Nesse mapa as vidas pareciam sob controle e bem conhecidas. Tudo era bem organizado e localizado. A espacialização era perfeita, sem rugosidades, sem equívocos, sem desvios. A humanidade dessas pessoas deu lugar ao estatístico e a referência; o que sobrou da carne e do sangue de suas vidas estão nos registros, na maioria, quantitativos e desencarnados da objetividade científica dos anais médicos. Mas era suprimindo a subjetividade do outro que esse universo cartográfico poderia tornar possível o domínio científico da doença tanto no espaço quanto no tempo.

Era a troca do olhar sensível (impressionista) pela observação científica (objetiva) que permitia um melhor quadriculamento do urbano para uma mais eficaz intervenção social. Dessa observação era possível montar registros, componentes importantes de saber, elementos fundamentais de poder. Tanto os mapeamentos, as estatísticas como os registros funcionaram como memorandos que prescreviam ações.

Mas a tentativa da Inspetoria de constituir um espaço abstrato, impor uma conduta determinada a uma multiplicidade humana, não surtiu o efeito esperado. Embora tenha conseguido executar diversas ações como a destruição e desinfecção da casa de leprosos, a vigilância de algumas residências, o isolamento de alguns doentes, o recolhimento de alguns pertences desses párias; o sonho panóptico da Inspetoria por uma série de limitações, de ordem econômica, política, social e também cultural, não se constituiu como uma prática estabelecida em nossa realidade urbana. Nosso governo estadual possuía uma frágil racionalidade gestora, exíguos recursos financeiros e uma cultura de incentivo ao assistencialismo-filantropismo. Dessa forma, não havia nem por parte do Estado nem por parte de nossas instituições recursos materiais e mentais para gerir a população de uma forma que privilegiasse a prevenção, a terapêutica e um controle disciplinar (tão almejado pela Inspetoria e esboçado em pequena medida). Nessa gestão prevalecia mais a coerção, o isolamento (sem preocupações curativas) e a prática da caridade e da filantropia, que, aliás, tomava de conta, de boa parte, de nossas instituições públicas. Além de tudo isso, as medidas prioritárias propostas pela

Inspetoria como, o estabelecimento do isolamento compulsório, o impedimento legal da imigração de leprosos de outras paragens para o nosso Estado e a construção de um leprosário não foram efetivadas, e assim o leproso passou a ser um tormento no cotidiano da cidade de Fortaleza e de alguns municípios do Ceará (pelo menos esse era o discurso da imprensa e de alguns elementos do corpo médico).

Podemos começar a explicar esse tormento, pela suscetibilidade de uma nova realidade espacial. Nessa realidade urbana, como é característico de toda urbe, onde há uma maior concentração das coisas, uma maior concentração de sentidos, espaço por excelência de conflito, não faltava apenas espaço para o corpo físico do leproso, mas também faltava espaço para o seu corpo simbólico. Além do mais, seu corpo era composto por diversas superposições discursivas: doente físico, doente moral, pecador, que dependendo das circunstâncias, ora convergiam ora divergiam. Entretanto, mesmo possuindo um resqúcio teológico, responsável muitas vezes pelo sentimento de culpa sentido pelos indivíduos afetados pela lepra, boa parte dos discursos estavam sintonizados com a concepção médica do período: doença infecto-contagiosa, crônica, incurável, causada por uma microbactéria. Mas embora essa descrição fosse um consenso entre os médicos, a forma de transmissão, o poder de contágio, vetores como possíveis transmissores e a questão da hereditariedade compunham os elementos do dissenso na ciência médica. E esse conflito teórico tinha conseqüências práticas muito importantes para o destino dos leprosos. De um lado se perfilavam os partidários do Isolamento compulsório⁹, como Heráclides César Araújo, Oswaldo Cruz, Belisário Penna, do outro estavam os considerados humanistas, Eduardo Rabello, Emílio Ribas, Silva Araújo, partidários de um isolamento mais brando, como o domiciliar. Mas apesar do contexto e das especificidades regionais, prevaleceu não só no Brasil como em boa parte do mundo o isolamento compulsório.

E mesmo havendo uma heterogeneidade discursiva no âmbito médico, a lepra e o leproso foram tratados pela sociedade cearense como altamente contagiosos. Isso talvez em parte possa ser explicado em virtude de que “toda doença tratada como

⁹ Na *I Conferência Internacional da Lepra* realizado em 1897 em Berlim, na qual estavam presentes dermatologistas, patologistas, leprólogos e cientistas de grande prestígio internacional, como Armauer Hansen (1841-1912) (descobridor do bacilo de Hansen), Edvard Ehlers (1863-1937), dermatologista de Copenhague, Rudolf Virchow (pai da patologia celular), etc e autoridades de vários países para discutir questões científicas, profiláticas e de controle da lepra, foram sugeridas algumas medidas como a notificação obrigatória, a vigilância dos doentes e o isolamento compulsório, que na verdade funcionou quase como uma lei em vários países do mundo até pelo menos 1950. Sobre essa Conferência, ver: PANDYA, S. S. *The First International Leprosy Conference, Berlin, 1897: the politics of segregation*. In: História, Ciência, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: vol 10 (suplemento 1), 2003. p. 161-77.

mistério será temida e sentida como moralmente e literalmente contagiosa”¹⁰, os casos da tuberculose no século XIX e da aids nos anos 1980 são bem ilustrativos desse sentimento, embora ambas as doenças nunca alcançassem o caráter estigmatizante da lepra.

Muitos estudiosos dos mais diversos campos das ciências humanas (antropólogos, sociólogos, historiadores, etc) buscaram explicar tanto a origem como a presença do tabu e do estigma em relação à lepra em diversas culturas e civilizações, tema sempre muito controverso. Para o médico e missionário Stanley George Browne¹¹ o medo desmedido do leproso em sociedades menos sofisticadas poderia ser explicado pelo fato de que “(...) qualquer erupção na pele – sobretudo na face exposta – pode evocar um temor incontrolável”¹², pois evidencia “(...) um desvio visível e evidente do normal; é disforme ou até mesmo medonho e revoltante (...) e talvez seja algo contagioso”¹³. Outras vezes o medo está associado a uma quebra de tabu, que engendra o medo da punição divina. Para esse autor não é muito difícil explicar o sentimento da ojeriza provocado pela presença da hanseníase em uma comunidade. Ela

(...) suscita todos os medos e fobias existentes, pois reúne várias características misteriosas – uma fonte muitas vezes não-identificada de infecção, que ataca a esmo, longos períodos de latência, sinais clínicos multiformes, a marcha inexorável da ulceração periférica, depois que esta aparece, e uma vida de definhamento, pior do que a morte. O medo se confirma e aumenta quando, ao mesmo tempo em que a pele é destruída, começam a surgir os sinais secundários (sendo que a infecção naturalmente foi contraída vários anos antes).¹⁴

O medo do contágio da lepra é tão intenso entre algumas culturas que em várias regiões, até a década de 1970, na China, os seus portadores foram queimados vivos

¹⁰ SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

¹¹ Médico e missionário (1907-1986) que viveu muitos anos no Congo belga tratando pacientes de hanseníase. Foi presidente da Christian Medical Fellowship do Reino Unido. Um dos maiores especialistas no tratamento da hanseníase, foi consultor da OMS e recebeu diversos títulos honoríficos na área.

¹² BROWNE, Stanley George. *Lepra na Bíblia: estigma e realidade*. Viçosa: Ultimato, 2003. p. 39

¹³ Idem

¹⁴ Ibidem

quando pessoas abastadas, e enterradas vivas quando pobres. Em outras tribos se temem as úlceras, pois elas são concebidas como extremamente contagiosas e incuráveis. Em algumas regiões do Oriente as chagas da lepra são os sinais de uma punição divina em virtude de uma depravação sexual. Em outros países se concebiam que a hanseníase era transmitida para a descendência. Já no Antigo Testamento, o corpo com qualquer problema de pele era incluído no conceito genérico, sem equivalente para as línguas ocidentais modernas, *tsara'at* (traduzido como lepra) que possuía uma conotação de profanação ritual, de impureza, não só do corpo humano como também da parede das casas, do couro e de tecidos, em que os atingidos passavam por um ritual de purificação; no caso de pessoas elas eram excluídas da comunidade, no caso de coisas, na grande maioria das vezes, elas eram destruídas. E para muitos estudiosos, foi essa conotação bíblica da lepra que engendrou esse estigma de longa duração. No entanto, Stanley Browne aprecia essa interpretação com cautela, e profere:

“Não é fácil definir o papel da Bíblia na perpetuação do estigma. É bom que se admita que às vezes relíquias de superstições e atitudes medievais se justificaram por referência ao código mosaico, bem como pelo fato de se aplicarem os regulamentos da *tsara'at* à lepra. E não podemos negar que, historicamente, a transferência no atacado, de todas as crenças relacionadas a *tsara'at* às vítimas inocentes de uma doença microbacteriana reforçou ainda mais os sérios danos causado aos doentes de hanseníase. Em alguns países, acredita-se que as Escrituras contém motivo sofisticado para atitudes antigas e pré-cristãs em relação aos que sofrem de hanseníase. As mais impiedosa medidas de perseguição, segregação compulsória, privação de direitos sociais e legais e a separação forçada de famílias deixaram traços em muitos preconceitos que ainda sobrevivem no cristianismo hoje”¹⁵

No entanto, parece um equívoco atribuir quase exclusivamente à Bíblia e ao cristianismo o estigma disseminado que ronda à lepra, como também acreditar que a

¹⁵ Ibidem, p. 56.

força fenomênica de um corpo ulcerado possa resultar sempre em respostas semelhantes, como afastamento, medo, segregação e estigma. Entre algumas comunidades, o leproso é tratado com carinho e respeitado. Além disso, a análise do nosso caso concreto – a lepra na Fortaleza do começo do século XX – traz outras variáveis importantes para se pensar o medo em relação à lepra, através da investigação de sua construção discursiva.

Se o aformoseamento urbano do perímetro central de Fortaleza funcionava como um desenho que assinalava o caráter da cidade, espécie de um cartão de visitas, cuja imagem tinha o propósito de demonstrar a modernidade, a civilidade e o poderio da elite local, era inadmissível conviver com leproso em suas ruas, em seus estabelecimentos comerciais, etc. No mosaico da cidade, permeado de pequenos mundos distintos que se atritam sem se interpenetrarem, as presenças indesejadas possibilitaram a constituição de zonas morais em seu processo segregacionista, que embora possibilitasse “(...) a passagem rápida e fácil de um para outro meio moral e incentivava a experiência fascinante e perigosa de viver simultaneamente, em vários mundos diferentes, contíguos e, no entanto, afastados”¹⁶, aos diversos párias sociais, mais principalmente aos leproso, tal experiência foi limitada. Lembrando a Paris do século XVII, cujo “(...) estatuto dependia de sinais exteriores como a roupa, a maneira de falar, os gestos, a expressão facial (...)”¹⁷ foi na maioria das vezes difícil a esses indivíduos gerir as (más) impressões a seu respeito. No caso dos leproso ficava cada vez mais dramático no decorrer dos anos 1920, tais sujeitos usarem o mundo, ou melhor, a cidade como um palco para a representação do eu, pois o seu corpo era por demais volumoso, ou melhor, “espaçoso” para passar despercebido. Como já dissemos, antes nesse ensaio, na concentração da realidade urbana a luta por espaço é contínua, faltando espaço para o corpo físico, que dizer para o corpo simbólico do leproso, constituído diariamente por diversas instâncias sociais em Fortaleza (saber médico, imprensa, etc). Corpo estruturado socialmente através dos condicionantes culturais e físicos, cuja materialidade está longe de dar conta de sua realidade, já que muito mais que empírico ele é uma máquina de sentido. Nessa estruturação corpórea, já carregada de seus tabus milenares, a escritura da imprensa cearense inscreveu nesse invólucro mais sentidos, mais símbolos, mais marcas, ou pelos menos a endossaram, legitimando diversas práticas, destacando-se o estigma e sua conseqüência inevitável, a exclusão.

¹⁶ BURKE, Peter. *História Urbana e antropologia urbana na Europa moderna* ... p. 82-83.

¹⁷ Idem.

No Ocidente a escrita literária foi cada vez mais ocupando os lugares deixados pela fragilidade conceitual. Em relação ao mistério que pairava sobre a lepra nesse momento, pela fragilidade da explicação do saber médico e por isso mesmo pela falta do rigor conceitual, não foi muito diferente. Assim o jornalismo ocupando os lugares dessa deficiência explicativa, endossava cada vez mais a proliferação de metáforas sobrecarregando ainda mais o caráter místico do leproso. E em grande medida em virtude da construção discursiva da imprensa cearense, emergiu a *lazarópolis*, a cidade dos lázaros, a cidade do medo.

A escritura diária e a emergência da “*lazarópolis*” tiveram um papel fundamental na reconfiguração, na produção e na difusão do medo social em relação ao leproso. A explosão de práticas-discursivas a respeito da lepra desde o começo dos anos 1920, estendendo-se para as décadas de 1930 e 1940, tornou esses jornais como um instrumento (dentre outros, como a medicina, etc.) essencial na constituição da lepra como acontecimento no Estado do Ceará. Cotidianamente eles promoviam e elaboravam informações de rotina da lepra, constituindo-a como uma figura de grande visibilidade (destacando-se o medo, o terror), em que essa emergência de visibilidade e dizibilidade estavam contidas em modalidades de poder e de dever. Na produção diária de informações sobre a lepra tais periódicos transformavam a difusão dos dados sociais em unidades homogêneas, propiciando a estruturação de um “teatro” da lepra a partir da constituição de pequenos cenários (de uma urbe permeada pelo perigo da lepra) que buscavam dá conta daquilo de que de fato ocorria em nosso Estado. Mostrar o real da lepra não perceptível em virtude de sua difusão no corpo social, condensá-la a partir de suas dispersões, de suas misturas no espaço em um corpus homogêneo, apagando suas diferenças, era uma prática constante em tais periódicos. Isso esclarece as escolhas arbitrárias dos dados desse dispositivo chamado jornal¹⁸, e de cada seleção, pertinente a constituição de uma história, uma maneira de narrar diferente (ressaltando perspectivas do saber médico que davam margem a concepção da lepra como altamente contagiosa e dando menos ênfase a posições contrária a esta, presentes também no saber médico),¹⁹ e que assim outros múltiplos cenários, existentes virtualmente, ficaram de fora de sua escrita da lepra.

¹⁸ A noção de pensar o jornal como um dispositivo, que inspirou muito das questões desse ensaio, deve-se as análises de Maurice Mouillaud. Para saber mais, ver: MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell. *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

¹⁹ Havia uma heterogeneidade de perceber a lepra pelo saber médico, algo que ocorria também na concepção da profilaxia. Entretanto prevaleceu a imagem da lepra como doença perigosa, cujo remédio era o isolamento compulsório. No geral a imprensa cearense reforçou essa imagem.

Nesse sentido, tentando dá conta do acontecimento vivido, este caos repleto de barulho e furor, como dizia Stendhal, os jornais cearenses estavam número após número elaborando, produzindo tramas, desenhos e redes de sentido, que buscava substituir o caos social de compreensão e apreensão do vivido por uma topografia nítida e discernível, através de um trabalho de coerência no espaço. Isso não quer dizer que eles estavam *tête-à-tête* ao caos do mundo, já que participava de uma cadeia de transformações que recebiam de instâncias sociais múltiplas um real já “domesticado”.

O caráter da lepra como metáfora²⁰ (algumas utilizadas pelo próprio saber médico) favoreceu a elaboração, sem dúvida nenhuma, de técnicas de medo; no entanto, o sentido de temor produzido que era levado aos leitores e ao público em geral entravam em um remanejamento de acordo com o campo mental destes e era recolocado em circulação nos ambientes culturais, sociais, políticos, etc.

Nesse sentido, foi que uma explosão discursiva no começo dos anos 1920 fez o leproso ser agarrado em uma estratégia discursiva, em que principalmente a nossa imprensa lançou luzes no “caos” cotidiano do real, fazendo emergir um tecido existencial, uma trama coerente, através da escrita de uma história diariamente exposta nas páginas dos jornais sobre a lepra e o leproso, em que o sinal mais manifesto de tal discurso, era a ameaça e o perigo de viver numa cidade permeada pelo Mal e pela Morte, personificadas nos lázaros. Essa foi uma cidade escrita, imaginada²¹, mas nem por isso menos verdadeira.

Assim conceber Fortaleza como a cidade dos lázaros foi por num regime de luz e num regime sonoro, fatos e fenômenos que até então não preocupavam muito ou não eram levados em consideração. Nesse momento a matéria preexistente do leproso entrou em um outro regime de objetivação: figura perigosa (problema sócio-histórico). Bem que se o parâmetro para a nomeação de uma cidade fosse determinado pelas suas presenças indesejadas, a nossa capital poderia ter sido a cidade dos loucos, a cidade das meretrizes, a cidade dos mendigos; entretanto foi a “*lazaropolis*” que virou notícia diária na imprensa cearense, promovendo e dando circulação ao medo social. As razões dessa preocupação permeada pelo medo em relação ao lázaro é um dos objetivos da

²⁰ Doença como metáfora é um conceito da escritora Susan Sontag no seu estudo literário sobre o câncer e a tuberculose. Esse conceito se refere a uma doença que numa época determinada é considerada intratável (terapeuticamente falando), caprichosa e bastante incompreendida. Em virtude disso há reações sociais com uma grande força imaginária, alimentada por muitas analogias e metáforas. Ver: SONTAG, Susan. *Op. cit.*

²¹ Sobre a produção da cidade escrita, ver: RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: brasiliense, 1985.

nossa pesquisa em andamento no mestrado em história da UFC.²² Compreender a produção social desse medo, talvez seja potente para se pensar o funcionamento dos medos da elite dirigente de Fortaleza, de que maneira o leproso foi utilizado para o desenvolvimento de uma profilaxia social na cidade. Também podemos conjecturar se a preocupação com a disseminação do medo em relação à lepra pôde está associado a uma visão corporativa e corpórea da sociedade, pautada em um tradicionalismo católico. No entanto, essas questões não passam de indícios, que requerem uma maior investigação para avaliar a sua pertinência.

No entanto, o que podemos adiantar é que a emergência da “*Lazaropolis*” se constituiu como um quadro visível-dizível, ou melhor, uma produção imagética, jornalística, científica, funcionando como mera abstração (no entanto eficiente) de diversos fatos e fenômenos, reduzindo a riqueza dos significados a padrões organizados.

Nessa *lazaropolis* cearense – produção imagético-discursiva da imprensa local²³ – a perambulação cotidiana de seus habitantes mais indesejáveis, suscitou uma diversidade de medidas, oscilantes entre a piedade e o medo. Daquela os lázaros receberam esmolas e conforto espiritual (principalmente das irmãs de caridade), já do temor nasceram posturas de evitamento²⁴, condutas de afastamento²⁵, de separação, estratégias de inclusão no regime do visível e até mesmo a prática da exclusão, concretizada (em alguma medida) na construção em 1928 do leprosário de Canafístula (atual Redenção) a 80 km do centro de Fortaleza, após uma campanha, iniciada em 1924, que mobilizou toda a sociedade civil cearense, e que teve na força Igreja Católica a mola propulsora, juntamente com os principais jornais do Estado.

Esperamos ter demonstrado que essa nova espacialidade de Fortaleza possibilitou a produção de um campo de forças multicomplexo, em virtude da individualização, da especialização de vários elementos do espaço, como os homens, as coisas, as instituições, etc. Onde essa cidade “(...) deu ao conjunto dos homens que nela se exercem um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual”.²⁶ Nela foi dada também a

²² Intitulada até o momento de “*Lazaropolis*”: *A Lepra e as Técnicas de medo no Ceará (1922-1944)*.

²³ Sobretudo os jornais O Nordeste, Diário do Ceará, Gazeta de Notícias, Jornal do Comércio e Correio do Ceará.

²⁴ Conceito de Granda que se remete a qualquer atitude de esquivar-se ao contato com qualquer elemento de uma identidade estigmatizada. In. : CLARO, Lenita B. Lorena. *Representações sobre a doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. p. 34.

²⁵ A conduta de afastamento se dá em três níveis: evitamento, discriminação e a segregação, segundo Granda. Idem.

²⁶ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 254.

possibilidade de mais encontros e de grande mobilidade, de cooperação e principalmente de conflito, onde os leprosos não foram marcados apenas pelos sinais de sua doença, pois em sua corporeidade vieram se instalar também as inscrições da cultura e do político.

Foi nessa nova realidade urbana de Fortaleza que o leproso emergiu como acontecimento e, ao mesmo tempo, propiciou (como outros elementos) o ambiente urbano, que com sua pretensão moderna tentou subtrair o horrível da vida, principalmente a corporeidade leprosa; escamotear assim o seu caráter trágico²⁷. Os técnicos, urbanistas, e principalmente os médicos, ancorados em alguns elementos da ciência moderna, como a estatística e a medicina, utilizaram-nas como uma forma de tratar o outro à distância, pela conversão da subjetividade em números, e uma forma de controlar o trágico e a desordem do outro pelo afastamento, através do seu conhecimento por estereótipos. Isso se constituiu tão desumano no trato com a alteridade, como a segregação espacial. Ambas foram duas formas complementares de afastá-lo, no entanto, o horrível e o ameaçador da vida retornaram transbordando nos próprios mecanismos da estratégia da cidade “moderna”, engendrando um permanente embate trágico. Afinal na realidade urbana o conflito por espaço continua.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE-JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: A arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

_____. *O teatro da história: os espaços entre cenas e cenários*. Natal, 2006. Avaliável from World Wide Web <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/durval> Acesso em: 17 de junho de 2007.

_____. *Zonas de encenação: algumas reflexões sobre poder e espaços*. Natal, 2006. Avaliável from World Wide Web <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/durval> Acesso em: 17 de junho de 2007.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

²⁷ Sobre a relação entre o trágico e a lepra, ver: OLINTO, Beatriz Anselmo. *Pontes e Muralhas – diferença, lepra e tragédia no Paraná do início do século XX*. Guarapuava: Unicentro, 2007.

- DETHIER, Jean & GUIHEUX, Alain. *Visiones Urbanas (Europa 1870-1993) – La ciudad del artista, La ciudad del arquitecto*. Barcelona: Sociedade Editorial Eleita, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell. *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- OLINTO, Beatriz Anselmo. *Pontes e Muralhas – diferença, lepra e tragédia no Paraná do início do século XX*. Guarapuava: Unicentro, 2007.
- PANDYA, S. S. *The First International Leprosy Conference, Berlin, 1897: the politics of segregation*. In: História, Ciência, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: vol 10 (suplemento 1), 2003. p. 161-77.
- PECHMAN, Robert Moses. *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: brasiliense, 1985.
- Relatório apresentado ao governo pelo Dr. Carlos Ribeiro (inspetor de higiene)*. In: Norte Médico, abr. - jun. de 1918.
- ROLNIK, Raquel. *São Paulo na virada do século: territórios e poder. A cidade e a rua*. In: Cadernos de História de São Paulo. n. 1, jan. – dez. São Paulo: MP-USP, 1992.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984
- WAMMACK, Byrt. *Espaços, corpos e cotidiano – Uma exploração teórica*. Available from World Wide Web [http: <http://www.4shared.com/file](http://www.4shared.com/file) . Acesso em: 21 de setembro de 2008.

